

CONVITE

AJUSTE DIRECTO

EMPREITADA DE INTERVENÇÃO EM PARQUES INFANTIS – MUNICIPIO DE SINES

Proc.º 2023/300.10.001/23

CONVITE

(Ajuste direto – alínea d) do art.º 19º do CCP)

Procedimento por Ajuste Direto: 2023/300.001/23

Contratação: Empreitada de intervenção em Parques Infantis - Município de Sines.

Tendo em vista contratação para a execução da empreitada acima mencionada, convida-se essa empresa apresentar uma proposta de acordo com as especificações constantes do caderno de encargos, que se anexa.

Para o efeito, a seguir se indicam as regras a que deve obedecer a proposta a apresentar, bem como outros aspetos que regulam este procedimento.

Em tudo o não especificado no presente convite e no caderno de encargos, aplicam-se, subsidiariamente, as disposições constantes do Código dos Contratos Públicos (CCP), bem como outras disposições legislativas e regulamentares aplicáveis.

1. Entidade Adjudicante: Câmara Municipal de Sines

NIPC: 502563010

Morada: Largo Ramos da Costa, 7520 159 SINES

Telefone: 269 630230

Endereço eletrónico: geral@mun-sines.pt

Plataforma Eletrónica: <https://www.anogov.com>

2. Órgão competente para a decisão de contratar:

O órgão competente para autorizar a despesa e a tomar a decisão de contratar, é o Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal, no uso de competência própria, estabelecida no art.º 18º do D.L.197/99 de 08 de junho, cuja disposição foi mantida em vigor pela alínea f) do nº 1 do art.º 14º do D.L. 18/08 de 29 de janeiro. Esta competência foi delegada no Exmo. Sr. Vice-Presidente da CMS, Fernando Miguel Ramos, por despacho do Sr. Presidente, datado de 20/10/2021, conforme previsto na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

3. Objeto do contrato

O presente procedimento tem por objetivo a execução de trabalhos de melhoramento de diversos parques infantis, no concelho de Sines.

A intervenção ocorrerá nos seguintes Parques Infantis:

- Parque Infantil do Bairro do Farol;
- Parque Infantil do Bairro Cento e Vinte e Quatro Fogos;
- Parque Infantil da Baixa de S. Pedro;
- Parque Infantil das Percebeiras.

Os trabalhos constam basicamente em:

- Remoção de pavimento existente;
- Demolições de muro e reconstrução;
- Escavação do solo para abertura de caixa que irá receber posteriormente a camada de areia em pavimento infantil;
- Colocação de Lancil;
- Colocação de camada de areia.

4. Disponibilização de acesso ao procedimento:

O presente procedimento será integralmente disponibilizado na plataforma eletrónica de contratação pública <https://www.anogov.com/cm-sines/faces>

5. Prazo e Entrega da Proposta Eletrónica:

- a) A data limite de entrega das propostas é até às 23:59 horas do 6º dia a contar da data da disponibilização do procedimento na plataforma.
- b) A apresentação da proposta e dos documentos que a acompanham deverá ser realizada exclusivamente de forma eletrónica.

O concorrente deverá assinar eletronicamente a proposta e todos os documentos que lhe associarem, de acordo com a Lei nº 96/2015 de 17/08.

A assinatura deve ser aposta nos documentos que constituem a proposta.

6. Dúvidas, Esclarecimentos e Erros e Omissões do Caderno de Encargos

6.1 Até ao dia anterior ao prazo fixado para a apresentação da proposta, o interessado pode solicitar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e, no mesmo prazo, deve apresentar uma lista na qual identifique, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados.

- a)** Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças de procedimento, devem ser solicitados por escrito, através da plataforma eletrónica <https://www.anogov.com/cm-sines/faces>.
- b)** Os esclarecimentos a que se refere o número anterior serão prestados por escrito, através da plataforma de contratação pública, até às 17 horas do dia anterior ao termino do prazo fixado para apresentação da proposta.
- c)** Os esclarecimentos e as eventuais retificações serão disponibilizados na plataforma eletrónica, juntos às peças do procedimento que se encontram patentes para consulta, sendo o interessado notificado do facto.
- d)** Até às 12 horas do dia anterior ao termino do prazo fixado para apresentação da proposta, o interessado pode apresentar à Câmara Municipal de Sines através da plataforma <https://www.anogov.com/cm-sines/faces>, uma lista na qual identifique, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões do caderno de encargos por ele detetados e que digam respeito a:
 - i)** Aspetos ou os dados que se revelem desconformes com a realidade; ou
 - ii)** Espécie ou a quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar; ou ainda
 - iii)** Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o concorrente não considere exequíveis;
 - iv)** Erros e omissões do projeto de execução que não se incluam nas alíneas anteriores.

6.2 Excetua-se do disposto em 6.1 os eventuais erros e omissões que o interessado, atuando com a diligência objetivamente exigível em face das circunstâncias concretas, apenas pudesse detetar na fase de execução do contrato.

6.3 A apresentação da lista referida em 6.1 deverá conter, em função da natureza do erro ou omissão, os seguintes elementos:

- a) Memória descritiva com a indicação clara e fundamentada do erro ou omissão;
- b) Mapa de quantidades, com a identificação do erro ou omissão;
- c) Quaisquer outros documentos que o interessado entenda necessários, nomeadamente desenhos, fotografias ou cálculos.

6.4 As listas com a identificação dos erros e omissões, bem como a decisão da CMS sobre mesmas, serão juntas às peças patenteadas em concurso.

7. Documentos da proposta

- a) De acordo com a alínea a) do nº 1, do art.º 57º do Código dos Contratos Públicos, o concorrente deverá apresentar declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do anexo I do referido Código, e que se anexa ao presente convite.
- b) Documento que contenha o preço proposto de acordo com o qual o concorrente se dispõe a contratar;
- c) A proposta deve ainda ser constituída por:
 - i. Uma lista dos preços unitários de todas as espécies de trabalho previstas no projeto de execução;
 - ii. Um plano de trabalhos, tal como definido no artigo 361º do CCP;
 - a) Plano com a sequência das espécies de trabalhos;
 - b) Plano de Mão-de-obra;
 - c) Plano de Equipamentos;
- d) Cronograma financeiro
- e) Memória descritiva e justificativa do modo de execução da obra, bem como a descrição dos métodos construtivos a aplicar e os aspetos técnicos ou outros que sejam considerados essenciais à execução da empreitada. Nesta memória, o concorrente especificará os aspetos técnicos que considere essenciais na sua proposta e cuja rejeição implicaria a sua ineficácia;

8. Os documentos de habilitação

Devem ser apresentados pelo adjudicatário, após a receção da respetiva notificação, através da plataforma eletrónica de contratação pública <https://www.anogov.com/cm-sines/faces>.

O prazo fixado pode ser prorrogado por uma única vez, por solicitação do adjudicatário.

Verificando-se irregularidades nos documentos apresentados, será concedido um prazo de 5 dias úteis para a respetiva supressão, para efeitos do disposto no n.º 2 do art.º 86º.

8.1 Os documentos de habilitação exigíveis ao adjudicatário nos termos do art.º 81º, deverão ser apresentados no prazo de 5 dias uteis, a contar da data da notificação de adjudicação.

- Documento comprovativo de que não se encontra na situação prevista nas alíneas **b), d), e)** e h) do art.º 55º do Código dos Contratos Públicos (CCP);
- Declaração emitida conforme modelo constante do anexo II do CCP.
- Código de Registo Central do Beneficiário Efetivo, de acordo com o disposto na Lei n.º 89/2017 e regulado pela Portaria n.º 233/2018, de 21 de agosto (caso não se verifique o registo da empresa pela consulta ao portal RCBE);

9. Garantia

Nos termos do n.º 3 do art.º 88º do CCP, será efetuada uma retenção de 10% do valor dos pagamentos a efetuar, para satisfação do cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo pelo empreiteiro das obrigações contratuais ou legais ou para quaisquer outros efeitos especificamente previstos no contrato ou na lei.

10. Prazo de execução

O prazo de execução da obra são 90 (noventa) dias.

11. O valor base do procedimento

O preço base do procedimento é € 29.950,00 (vinte e nove mil e novecentos e cinquenta euros).

12. Propostas variantes

Não é permitida a apresentação de propostas variantes, nos termos do artigo 59º do Código dos Contratos Públicos.

13. Prazo de validade das propostas

A proposta considerar-se-á válida e inalterada em todas as suas condições por um período de 66 dias úteis contados desde a data do termo do prazo fixado para a sua apresentação.

14. Saúde e segurança em obra

Para cumprimento do disposto no Decreto-lei nº 273/2003 de 29 de outubro, deverá o adjudicatário apresentar as Fichas de Procedimentos de Segurança e Saúde da Obra (FPS), no prazo de 10 dias úteis, contados da notificação para apresentação do mesmo.

As FPS da obra serão analisadas pelos serviços competentes da CMS, que o submetem à aprovação do órgão competente.

A Obra não poderá iniciar-se sem a provação das FPS.

15. Inspeção ao local dos trabalhos

- 15.1** Durante o prazo fixado para a entrega das propostas, os interessados deverão inspecionar os locais de execução da obra e realizar neles os reconhecimentos e estudos que entenderem indispensáveis à elaboração das suas propostas, devendo inteirar-se das condições do terreno que influam no modo de execução da obra e, se a Câmara Municipal de Sines assim o entender, serão acompanhados por um elemento por esta designado.
- 15.2** O interessado não poderá, em caso algum, invocar a ausência dos aludidos reconhecimentos ou estudos para condicionar a apresentação da sua proposta.
- 15.3** Independentemente das informações fornecidas nas peças patenteadas a concurso, entende-se que, com a apresentação da sua proposta a concurso, o concorrente se inteirou localmente das condições de realização de todos os trabalhos referentes à empreitada, tendo procedido a todas as avaliações, indagações e medições para o efeito necessárias, tendo inclusivamente procedido à verificação das estruturas e dos equipamentos existentes e de todos os factos e circunstâncias

relevantes para o desenvolvimento de todos os trabalhos objeto do presente concurso.

- 15.4** Deverão ter em consideração os diversos aspetos condicionantes ao desenvolvimento da obra, nomeadamente, as dificuldades de acesso aos locais de trabalho, dos equipamentos, dos materiais e do espaço disponível para a instalação do estaleiro.

16 Critério de adjudicação

A adjudicação será efetuada, à proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade de monofator, sendo o preço o único atributo colocado à concorrência, de acordo com a alínea b) do nº 1 do artigo 74º do CCP.

17 Esclarecimentos sobre as propostas

A Câmara Municipal de Sines poderá solicitar ao concorrente quaisquer esclarecimentos sobre a proposta apresentada, que considere necessários para efeito da análise da mesma, aplicando-se, com as necessárias adaptações, o disposto no artigo 72º do Código dos Contratos Públicos.

18 Legislação aplicável

Em tudo o omissso na presente carta convite observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008 de 29 de janeiro, na sua atual redação.

ANEXO I

MODELO DA DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º]

- 1-** ...(nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (**firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes**), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ... (**designação ou referência ao procedimento em causa**), e, **se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento**, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as cláusulas.
- 2-** Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):
 - a) ...
 - b) ...
- 3-** Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato ao disposto na legislação portuguesa aplicável.
- 4-** Mais declara, sob compromisso de honra, sob compromisso de honra que não se encontra em nenhuma das situações previstas no nº 1 do artigo 55º do Código dos contratos Públicos.
- 5-** O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimen-

to adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação da entidade competente para efeitos de procedimentos criminal.

- 6-** Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido código, bem como os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas *b)*, *d)*, *e)* e *h)* do n.º 1 do artigo 55º do referido código.
- 7-** O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ...(data), ...[assinatura (4)].

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas colectivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão "a sua representada".
- (3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas *b)*, *c)* e *d)* do n.º 1 e nos n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º
- (4) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57º.

ANEXO II

Modelo de Declaração

(a que se refere a alínea a) do nº 1 do artigo 81º)

1 — ... [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal de (1) ... [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], adjudicatário(a) no procedimento de... [designação ou referência ao procedimento em causa], declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no nº 1 do artigo 55º do Código dos Contratos Públicos.

2 — O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

[Local], [data] [Assinatura (5)]

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas colectivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos nºs 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO III

PROPOSTA

(DENOMINAÇÃO DA EMPRESA), com sede em ____ (MORADA) __, titular do Alvará / título de registo (apagar o que não interessa) de empreiteiro nº -----, emitido pelo IMPIC- Instituto dos Mercados Públicos do Imobiliário e da Construção, representada por ----- - (NOME), na qualidade de ----- (PODER DE REPRESENTAÇÃO), residente em----- ----- (MORADA), portador do BI/ CC (apagar o que não interessa) e NIF nº-----, tendo tomado perfeito conhecimento do objeto da empreitada de obra pública " (DESIGNAÇÃO DA EMPREITADA) ", obriga-se a executar aquela, de harmonia com as condições e termos expressos no Convite e Caderno de Encargos, de acordo com a legislação aplicável, pelo preço total de € ----- (VALOR POR EXTENSO), o qual não inclui o Imposto sobre Valor Acrescentado.

O prazo de execução é de -----.

_____, ____ de _____ de _____

Assinatura (ELECTRÓNICA QUALIFICADA)

(o Representante legal)